

**A região do Lago Grande do Curuai, em Santarém, Estado do
Pará: uma fronteira de multiplicidade identitária**

**The Lago Grande do Curuai region, Santarém, in the State of
Pará: a frontier of identity multiplicity**

**La región del Lago Grande do Curuai, Santarém, en el Estado
de Pará: una frontera de la multiplicidad identitária**

Auristela Correa Castro

Doutora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da
Universidade Federal do Oeste do Pará – PPGSN/UFOPA.
auristelacastro@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-3979-929X>

Luciana Gonçalves de Carvalho

Doutora em Ciências Humanas-Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
e Pós-Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília – UNB. Professora-pesquisadora do
Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal
do Oeste do Pará – PPGSN/UFOPA.
luciana.carvalho@ufopa.edu.br / <https://orcid.org/0000-0001-7916-9092>

Fausto Miziara

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília – UNB. Professor Titular da Universidade
Federal de Goiás – UFG.
fausto@ufg.br / <https://orcid.org/0000-0002-3676-9343>

André Cutrim Carvalho

Doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pela Universidade Estadual
de Campinas – UNICAMP. Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de
Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade Federal do Pará –
PPGEDAM/NUMA/UFPA.
andrecc83@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-0936-9424>

Recebido: 10/07/2025; Aceito: 07/09/2025; Publicado: 09/07/2026.

Resumo

As disputas na fronteira do Lago Grande do Curuai, em Santarém, constituem um caso *sui generis* na história do Pará, marcado por conflitos pelo uso da terra e pela emergência de identidades múltiplas e híbridas. Essas identidades se alternam, modificam-se e, em alguns momentos, sobrepõem-se, sem anular umas às outras, podendo, inclusive, fortalecer ou cooperar entre si. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar como essas identidades são construídas nessa fronteira, localizada no Assentamento PAE Lago Grande. A pesquisa fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, que incluiu levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e tratamento dos dados. Os resultados evidenciam um território em constante processo de transformação, em que as prerrogativas legais do assentamento limitam o avanço do capital produtivo, ao mesmo tempo em que o processo de emancipação abre espaço para a expansão de novos capitais, como o imobiliário, o agrário e o *land grabbing*, intensificando conflitos. Nesse cenário, a construção de identidades atua como elemento

de resistência, o que confirma a formação de uma fronteira de multiplicidade identitária, onde coexistem indígenas, pescadores, produtores agroecológicos, produtores rurais e “pejoteiros”, por vezes reunidos em uma mesma pessoa.

Palavras-chaves: Fronteira; Lago Grande do Curuai; Conflitos; Fronteira de Multiplicidade Identitária.

Abstract

Disputes along the frontier of the Lago Grande do Curuai, in Santarém, constitute a *sui generis* case in the history of Pará, marked by conflicts over land use and by the emergence of multiple and hybrid identities. These identities alternate, transform, and, at times, overlap without annulling one another, and may even strengthen or cooperate with each other. In this context, the aim of this article is to analyze how such identities are constructed within this frontier, located in the PAE Lago Grande Settlement. The research was based on a qualitative approach, which included a bibliographic review, fieldwork, and data analysis. The findings reveal a territory in constant transformation, where the legal prerogatives of the settlement constrain the advance of productive capital, at the same time as the emancipation process opens pathways for the expansion of new forms of capital, such as real estate, agrarian ventures, and land grabbing, thereby intensifying conflicts. In this scenario, identity construction functions as a form of resistance, confirming the formation of a frontier of identity multiplicity, where Indigenous peoples, fishers, agroecological producers, rural farmers, and “pejoteiros” coexist, at times embodied within a single persona.

Keywords: Frontier; Lago Grande do Curuai; Conflicts; Frontier of Identity Multiplicity.

Resumen

Las disputas en la frontera del Lago Grande de Curuai, en Santarém, constituyen un caso *sui generis* en la historia de Pará, marcado por conflictos por el uso de la tierra y por la emergencia de identidades múltiples e híbridas. Estas identidades se alternan, se modifican y, en algunos momentos, se superponen sin anularse unas a otras, pudiendo incluso fortalecerse o cooperar entre sí. En este contexto, el objetivo del artículo es analizar cómo se construyen estas identidades en dicha frontera, localizada en el Asentamiento PAE Lago Grande. La investigación se fundamentó en un enfoque cualitativo, que incluyó revisión bibliográfica, trabajo de campo y tratamiento de los datos. Los resultados evidencian un territorio en constante proceso de transformación, en el cual las prerrogativas legales del asentamiento limitan el avance del capital productivo, al mismo tiempo que el proceso de emancipación abre espacio para la expansión de nuevos capitales, como el inmobiliario, el agrario y el land grabbing, intensificando los conflictos. En este escenario, la construcción de identidades actúa como elemento de resistencia, lo que confirma la formación de una frontera de la multiplicidad identitaria, donde coexisten indígenas, pescadores, productores agroecológicos, productores rurales y “pejoteiros”, a veces reunidos en una misma persona.

Palabras clave: Identidades; Lago Grande do Curuai; Frontera de la Multiplicidad Identitaria.

Introdução

As disputas no âmago da fronteira do Lago Grande do Curuai é um caso *sui generis*, primeiro por ser um ambiente de conflito contínuo de disputas pelo direito de uso da terra. Tal fato possibilitou que através das interações que ocorrem nesse espaço aconteça um construto de identidades efêmeras, voláteis e híbridas, isto porque, de acordo com o contexto, ao interagirem entre si, essas identidades múltiplas alternam-se, modificam-se ou sobrepõem-se sem, no entanto, causar dano à nova categoria a qual pertencem. Contudo,

essa transmutação não se configura como contraditória, por vezes se torna cooperativa com a anterior, ou agrega mais força à identidade já existente.

No ano de 2022, a região do Lago Grande do Curuai, como atualmente é chamada, se tornou palco de novas disputas, posto que, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), em uma audiência pública realizada no dia 08 de maio, em unanimidade, concedeu autorização para que fosse realizada uma consulta plebiscitária à população de Santarém para transformar o Distrito de Curuai em um novo município (Pará, 2022).

Na arena da emancipação estão presentes atores institucionais, o movimento social (sindicatos, associações, grupos coletivos, federações); a Igreja Católica (Pastoral da Juventude – PJ, Irmãs Franciscanas de Allegany e Comissão Pastoral da Terra – CPT); organizações não governamentais; entidades estatais (Ministério Público do Estado do Pará – MPPA, Ministério Público Federal – MPF, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA); segmentos políticos (Comissão Especial de Estudos Parlamentares sobre Emancipação do Distrito de Curuai- Lago Grande – CEMACURAI) e outros (Comissão Pró-Emancipação do Distrito de Lago Grande do Curuai – COMPEMLAGO, profissionais liberais, fazendeiros, funcionários públicos, comerciantes, empresários).

Integrando esses atores institucionais estão indígenas, ribeirinhas, assentados extrativistas, pescadores, agricultores familiares, “filho do Lago Grande”, que é uma identidade acionada por todos, inclusive, por descendentes de migrantes. Essas identidades se imbricam, se interconectam, são fluídas, são híbridas; uma única pessoa pode ser todas elas, exceto aquela que descende do português (europeu), ou de outra nacionalidade.

As bases para que essas identidades aflorem se assentam em sentimentos de pertencimento ancestral; que é ser filho do Lago Grande, viver a cultura do lugar; seu modo de ser e fazer, ou surgem como forma de resistência para lutarem pela permanência no território. Essas identidades se caracterizam por possuírem diferentes visões de mundo, cada um imagina um mundo para si, de acordo com seus ideais. Elas se constroem no cerne da Igreja Católica, nos espaços formativos de luta, nas redes sociais e nas atividades culturais.

De fato, essa intensa arena de lutas, onde múltiplos atores se interconectam e se autodefinem, de acordo com o contexto no qual estão inseridos, configura-se como uma fronteira de multiplicidade identitária, e diante dessas questões, busca-se compreender como essas identidades são construídas no cenário da emancipação do Lago Grande do Curuai.

Identities as a strategy of struggle and resistance

A identidade é construída socialmente e desenha escolhas políticas de grupos humanos. A reivindicação das identificações encontra-se num quadro de dividendos políticos sendo necessária uma observação primordial do lugar de fala desses sujeitos contemporâneos (Barbosa, 2002).

A emancipação como pano de fundo acirrou ainda mais essas lutas. Visando demonstrar como as identidades são construídas no cerne do Lago Grande, pontuamos como os atores foram se organizando e quais foram os espaços em que essas identidades foram construídas. No caso do Lago Grande, um dos primeiros enfrentamentos se refere ao tamanho do território, constituído por mais de 150 comunidades, com mais de 35 mil famílias, diversas etnias e uma multiplicidade de problemáticas enfrentadas pelos moradores da região.

O trabalho se conjecturou a partir do argumento de que as múltiplas identidades presentes na arena da emancipação do Lago Grande do Curuai são fluídas, híbridas e intersectivas, sendo que tais identidades são construídas no ambiente de luta, e de acordo com a necessidade exigida pelo momento. Diante disso, o cabedal teórico central para analisar a pesquisa tomou por base a teoria da fronteira

Epistemology of the theory of frontiers

O olhar epistemológico adotado para a compreensão da construção da identidade na região do Lago Grande assentou-se no pensamento de fronteiras de José de Souza Martins, Otávio Velho e Friedrich Turner, bem como outros teóricos que adotam essa discussão. Enquanto para Turner (1893), a partir do Oeste americano, a fronteira é definida como um modo ou estágio da sociedade, e não apenas um espaço, José de Souza Martins (2009) afirma que a fronteira é um lugar de alteridade, de encontro entre diferentes, dividida em duas fases: a primeira é a frente de expansão, momento em que a fronteira se inicia; e a segunda é a frente pioneira, marcada pela presença efetiva da produção capitalista.

Turner (1893) atribui que o movimento da fronteira sobre terras livres para o oeste americano foi um dos fatores preponderantes para o desenvolvimento da democracia americana. Por outro lado, Martins (2009), ao estudar o Brasil, se refere à fronteira como um espaço de lutas sociais e étnicas, um locus da contradição onde múltiplas etnias se encontram, como os fazendeiros de um lado, e o indígena de outro.

Em função de se tratar de uma temática complexa e plurívoca, a fronteira é abordada em diversas áreas por vários autores. Dentre esses teóricos que buscam uma discussão geopolítica, Bertha Becker (1988, p. 68) argumentou que a fronteira:

Pode ela ser definida como espaço de manobra das forças sociais, e como o espaço de projeção para o futuro, potencialmente gerador de alternativas. Em outras palavras, a fronteira é o espaço da expectativa de reprodução ampliada para praticamente todos os atores em jogo, mas onde há incerteza quanto a essa reprodução, na medida em que as ações sociais respondem a orientações políticas e valorativas e não só aos constrangimentos econômicos, condição que lhe atribui valor dinâmico e estratégico.

Partindo de um viés comparativo com o clássico Turner (1893), Otávio Velho (2012), com um olhar devotado à Amazônia, considerou a fronteira como um espaço de canalização de tensões sociais, bem como, um espaço de escoamento demográfico de outras regiões, em que se faz presente um capitalismo autoritário, da presença de um campesinato de fronteira onde existe força de trabalho.

Parafraseando Deleuze e Sarduy, Duarte (2006), em uma perspectiva filosófica, profere que a fronteira é um lugar da exacerbação, local de conflitos que evoluem por alianças, lugar de devir (o tornar-se). Para Agier (2016), torna-se homens-de fronteira ocasiona desidentificação, pois quando o indivíduo migra para a fronteira e perde seus vínculos identitários, torna-se homens-fronteira em lugares-fronteira.

Centrado em Nietzsche, Baller (2012) no cerne da filosofia compara a fronteira à “dialética do senhor e do servo”. Quando assenta sua análise a partir de Foucault, denomina a fronteira da “heterotopia”, que corresponde ao diferente, ao diverso, à descontinuidade, ou seja, a fronteira não representa a paisagem nem cenários que resistem a cada tempo-espaço histórico.

Para Edna Castro (2017), a fronteira é um espaço de *commodities* (soja, carne, minérios, suco de laranja, petróleo e celulose), “tendo caráter econômico, social, político, sobretudo em áreas de Tríplice Fronteira pela intersecção de culturas, línguas, economia e instituições (Castro, 2017, p. 38-42), cujos problemas se constituem como efeitos de políticas de desenvolvimento governamental que promoveram a “desterritorialização nas fronteiras políticas da Região Amazônica” (Idem, 2017, p. 59).

Haesbaert (2007) evidencia que a fronteira que está sob o domínio daqueles que o subjugam, nesse ato de subjugação está presente o “valor de uso”, assim como o “valor de troca”, em virtude de se tratar de um espaço múltiplo, diverso, complexo e unifuncional devotado à produção do capital.

Corroborando essa visão, Pereira e Origuela (2021, p. 9) postulam que as fronteiras são espaços “para expansão e para a acumulação do capital, novos espaços e novos mercados incorporados à lógica do sistema capitalista com o objetivo de garantir a continuidade da acumulação de capital”. Na fronteira as identidades são subjugadas, são destruídas, com ênfase no modo de vida de povos e comunidades tradicionais (Maia, Farias, 2019).

Embasado no método da teoria da Renda Fundiária, da Renda Diferencial I e da Renda Diferencial II de Karl Marx, em que a terra é compreendida como meio de produção, Anacleto e Miziara (2006) e Miziara (2009) discutiram a fronteira agrícola baseada na visão de que a fronteira é o espaço para ocorrência de novas ocupações, dada a inexistência de terras devolutas nesse espaço. Para tais autores, a fronteira possui três fases: 1. Frente de expansão, em que a ocupação se inicia pela presença de colonos, 2. A frente pioneira, momento em que a expansão se consolida, convergindo para a fronteira agrícola correspondente à presença das estruturas do capital e 3. A modernização tecnológica.

Com um olhar voltado para a Amazônia paraense e o avanço do desmatamento, Carvalho (2012) discutiu a fronteira a partir das “Instituições e Mecanismos de Governança na Economia de Mercado”. Para o autor, a fronteira é “[...] uma instituição produto da criação do Estado”, em virtude de considerar que tal Estado possui um papel preponderante nas relações de produção. sendo a “fronteira da região amazônica e paraense, [...] deve ser compreendida em sua forma mais abrangente, ou seja, como uma relação social de produção” Carvalho (2021, p. 129), cuja gênese advém da “Operação Amazônia”, iniciada em 1966, e que assentou as bases de transformação da Amazônia Legal em “fronteira real, além de locus dos conflitos da luta pela terra”(Carvalho, 2012, p. 70).

Percurso metodológico

O local de estudo é a região do Lago Grande (Figura 1), situada no município de Santarém, estado do Pará. A área é parte integrante do Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande, onde habitam aproximadamente 35 mil pessoas, numa estimativa de 140 comunidades, com área de aproximadamente 250 mil hectares.

A pesquisa adotada foi de natureza bibliográfica, documental e de campo, realizada no PAE Lago Grande, com entrevistas gravadas não diretivas, que mantiveram a identidade dos entrevistados em sigilo por motivo de resguardo dos entrevistados, conforme estabelecido pelos padrões do código de ética e Termo de Consentimento Livre e

Considero relevante enfatizar que tais relatos provêm de atores diretamente inseridos no cenário de luta em que realizei a pesquisa, seja na condição de integrantes do movimento social, seja como membros de grupos que compõem o pano de fundo do processo de emancipação. Nesse contexto, passo à apresentação dos dados.

Nesse aspecto, uma das questões que frequentemente surgia nas conversas, e que por vezes eu direcionava aos entrevistados, dizia respeito ao significado de identidade. Em certa ocasião, um deles me respondeu o que era identidade, em seu ponto de vista

Identidade é quem eu sou, não que os outros dizem que eu sou. Porque sem identidade, é você se sente pertencente dessa, e uma coisa que a gente sempre fala, que identidade é quem eu sou, não que os outros dizem que eu sou. Quem a gente é, infelizmente, desde quando a gente nasce, a gente tem que dizer, né? Se você é indígena, se você é preto, se você é bárbaro, se você é amarelo e nunca dá oportunidade de dizer quem a gente é. Então a gente no coletivo, a gente traz a reflexão de fazer a gente se entender como pertencente do território que a gente tem. Uma frase coletiva que fala assim, eu não estou no território, mas eu sou o território (Entrevistado 05, 2023).

Outro entrevistado complementou:

[...] nós que estamos vivenciando o dia a dia, nós que estamos trabalhando, nós que estamos fazendo nosso artesanato, nós que estamos aqui protegendo as florestas, águas, as culturas, as ancestralidades, então nós somos do território, então essa é a nossa identidade (Entrevistado 08, 2023).

Não por acaso, optamos por demonstrar a própria definição de indígena o que, para ele, significa identidade. Na sua fala, ele reclama do ônus de sempre ter que dizer quem é; em alguns momentos, essa definição é feita por outras pessoas, o que ele condena. Mas um elemento interessante a destacar na fala é a ideia de que identidade não é apenas individual, mas também coletivamente construída.

Essa dinâmica mostra a relação entre os atores sociais institucionais apresentados no capítulo anterior, e os agentes individuais analisados nesta seção. Por exemplo, no Coletivo Guardiões do Bem Viver – que esse depoente participa – o aprendizado é construído a partir de uma reflexão, a do corpo-território ou, como proferido por Haesbaerth (2021, p. 181), “o corpo como território; território do/no (interior do) corpo (como vimos para o caso do útero); território como conjunção de corpos (‘população’) e ‘território-corpo’ (da terra)”.

Nessa autodefinição, o indivíduo está imbricado na terra, vinculado à natureza, interligado a ela, integrado ao território que é o PAE Lago Grande. Nesse território, ele vivencia seu dia a dia, trabalha, faz seu artesanato, protege as florestas, sua cultura, seus

modos de vida ancestrais, por isso, sua identidade é o próprio território, ele prossegue fazendo sua autoafirmação dizendo:

Nós somos povos da floresta, nós somos povos das águas e a gente sempre dá essa oportunidade também da pessoa ser quem ela é, no nosso coletivo, né! De dizer é, eu sou indígena! Ah, é o seu preço! Ah, o senhor também da comunidade ativa pequena, tem que ir a mais! Tudo isso é uma luta nossa e envolver todo mundo e não deixar também que os outros digam que a gente não é, porque quando os outros dizem que a gente é, a gente fica meio que perdido nisso aí de não saber quem a gente é. Então, identidade é isso é ser quem você é sem os outros dizer o que dizer. E no nosso território, a gente tem essas lutas (Entrevistado 08, 2023).

Além de ser o próprio território, o ator se define coletivamente como povos das águas, das florestas, também aponta que, dentro do grupo coletivo, é oportunizado aos integrantes que eles digam quem são. Isso decorre de uma percepção que, quando o agente individual não formula sua identidade, ela lhe é imposta pelos outros. Assim, eles ficam perdidos nessa compreensão, então, para eles se compreenderem, essa definição sobre sua identidade tem que partir deles. Além disso, sua fala demonstra que essa identidade é construída coletivamente, dentro do grupo, dentro do movimento de defesa do território.

Identities negras em comunidade ribeirinha

A proximidade da mineração e o temor que esse empreendimento avance sobre o território do PAE Lago Grande, deixando a vida dos moradores em risco, constituiu-se na força motriz para que a população local se organize através do movimento social. Vejamos um trecho que corrobora a presença da mineração e a preocupação do morador:

[...] nós temos uma mineração que “tá” bem próximo daqui, não está nem a 200 quilômetros, mas é o Governo Federal que manda, mas está aí, nós estamos preocupados com a situação, né. Isso, se vim poluir nossos rios, lançar o mercúrio na matéria prima lá que eles tiram, vai trazer problema para nós, né. É essa nossa preocupação, mas nós gostamos daqui e a nossa identidade é essa de viver aqui mesmo (Entrevistado 01, 2021).

Assim, como forma de resistência e de articulação, a descendência negra e a autoidentificação como comunidade quilombola surgiram como oportunidade de frear o avanço da mineração. No trecho seguinte, o ator fala do aprendizado no seio do movimento social e a origem da comunidade:

Eu fui coordenador da Amovip, e dentro desse trabalho eu fui tendo esse conhecimento de várias coisas, pois somos filiados à Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago

Grande (FEAGLE) e fui tendo esse conhecimento ao longo dos tempos, e nós fizemos levantamento com relação a nossa história, história dos povos tradicionais, né, que nós somos, diz a lenda que a gente é nascido dos negros [...] eles vieram de lá de Marabá e vieram a vela, canoa de vela, chegaram em Muratubinha e lá eles fizeram a primeira parada e daí moraram por uns tempos lá e de lá eles se dividiram e foram atrás de terras férteis para trabalhar, uns chegaram no Piraquara e deu origem à Comunidade, em 1906, foi a Joana Piraquara, conhecida como Joana Capucho, que é a primeira pessoa que morou no Piraquara, que deu descendência para nossa geração. [...] (Entrevistado 01, 2021).

Contudo, a identidade evocada pela descendência negra criava um conflito interno com outros moradores da comunidade, pois, caso a comunidade fosse definida como quilombo, os outros moradores que haviam migrado para aquele local, e não tinham descendência negra, segundo os desígnios da lei referente a territórios quilombolas, deveriam deixar seus terrenos, suas vidas e suas casas, porque não poderiam ficar naquele lugar.

Assim, para evitar conflitos entre os comunitários que almejavam ser quilombola, os migrantes e os descendentes de quilombo abriram mão dessa identidade e aderiram ao movimento em prol da criação do assentamento se autodefinindo, então, como povos agroextrativistas. O trecho abaixo reverbera a afirmação:

[...] nós fizemos um estudo para ver se a gente conseguia resolver esse problema e nós fizemos um documentário também, mas devido ter tanta gente [...] que se mudou por causa das enchentes, e que migrou para cá, a gente achou que pelo fato do processo que nós fizemos na época assim com um pessoal de Santarém que vieram na época que representava a coisa dos quilombolas e aí nós achamos por bem não mexer porque aqui já tinha um monte de gente situado aqui porque eles falaram para a gente que a gente teria que tirar esse povo e a gente ficou assim e resolvemos parar o processo, né. A gente sabe que a nossa história é essa (Entrevistado 01, 2021).

Outro fato interessante é que o entrevistado, além de associado da Feagle, também integra a organização dos pescadores da comunidade, atua como produtor familiar rural, principalmente na atividade da roça, e faz parte do movimento social referente a essa categoria. Vejamos o que ele nos diz: “[...] a gente planta e colhe e isso aí é a nossa identidade, isso é ótimo para a gente sobreviver aqui nessa região e tem muita coisa, tem muita riqueza” (Entrevistado 01, 2021).

Plantar e colher também é uma identidade, não apenas isso, o interlocutor também exerce a atividade de pescador, “mas, quando a gente vai ali na beira do rio, bem aí em frente à comunidade, né, a gente pega o peixe que é natural né [...]” (Entrevistado 01, 2021). Identidades estas referenciadas coletivamente pelos moradores do território:

[...] o território é composto por 154 comunidades, com uma população aproximada de 35 mil pessoas, reconhecidas como pescadores artesanais, agricultores familiares, artesãos, extrativistas, ribeirinhos e indígenas [...] interligadas diretamente ao uso da terra para sua subsistência e geração de renda, como: produção de farinha e derivados da mandioca, pesca artesanal, artesanatos e turismo de base comunitária (Feagle, 2013).

Essas diversas identidades surgem sempre de acordo com o contexto, nas reuniões mensais, nas assembleias, nas atividades formativas, ou até mesmo nas atividades mais simples do dia a dia, por exemplo, em um jogo entre os dois times rivais da vila em que moram. Numa reunião mensal da Z-20, durante uma reunião formativa, observei atores cuja identidade assumida naquele momento era a de pescador, contudo, em outros momentos, dependendo da situação vivenciada, uma assembleia da Feagle, por exemplo, a identidade adotada era condizente com o evento vivenciado por tais atores.

Identidades: indígena e ribeirinha

Durante a pesquisa de campo observei que as identidades são mutáveis, e ao mesmo tempo se mesclam. Por vezes, elas são acionadas em um único indivíduo. A exemplo dessa observação, identificamos um ator, em uma plenária, identificado com uma camisa do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), com o microfone em punho afirmando “sou do MAM”, “sou produtor familiar”, sendo que em conversas mais próximas, longe dos microfones, o indivíduo proferia que era da PJ e, em seguida, proferia que “era indígena”; e isso não desafiava a identidade proferida anteriormente, ao contrário, constituía-se em um agregado a mais na identidade daquele ente, pois ele era múltiplas identidades em um único ator.

Essa afirmação é corroborada no fragmento seguinte em uma entrevista quando um membro do movimento dos trabalhadores rurais se autoafirma indígena:

Olha, eu sou hoje considerado, já eu me assumi como indígena. Aí eu passei de uma aldeia. Na comunidade, eu sou da comunidade, então como eu disse, mas nós temos uma aldeia lá que a gente a transformou, que está com uns dez anos. Cobra, não é onça brava. Né, então, segundo, como diz, mas os meus, os meus avós, eles eram indígenas eles eram indígenas, então eu me sinto (Entrevistado 07, 2021).

É possível observar que, além do se autodefinir como indígena, ele demonstra que esse pertencimento foi acionado em espaço temporal de dez anos, mas a compreensão do indivíduo de que ele é um indígena decorre da descendência dos seus avós. Essa busca pela autoidentificação indígena vislumbra garantir a defesa do território, principalmente no

contexto que o Marco Temporal emerge como uma nova ameaça de perda territoriais, o trecho abaixo ratifica a afirmação:

Os povos que estão dentro da vida da assembleia, elas são descendentes dos nossos ancestrais, né? Então, tem muito sangue indígena, tem muito sangue quilombola. É, e apesar de que tem muitos que não se assumem por motivo de não querer mesmo se assumir, eu sou um dos muito que hoje estão se assumindo até por conta de defesa do próprio território. Muita gente dentro do território - não é uma questão minha de querer botar assim - não está preocupada se não tiver algo que possa defender o território, ainda há muitos. Acredito que o movimento indígena é capaz de defender o território nesse momento (Entrevistado 04, 2023.)

Os povos sobre quem o ator se reporta são os integrantes da vida social que vivem no território do Lago Grande. Em sua fala, ele menciona que esses atores possuem descendências indígenas, no entanto, muitos não querem assumir tal descendência, sendo que ele, o ator entrevistado se autoidentifica como indígena, porque acredita que esse movimento pode se constituir em uma ferramenta de defesa do território.

O relato seguinte traz um ator pertencente a uma comunidade ribeirinha, porém, tanto na forma de se vestir, quanto nos eventos nos quais ele estava presente, a primeira identidade assumida era a de indígena, em seguida, a identidade era evocada de acordo com o evento, por exemplo, o de membro da Pastoral da Juventude, ou “pejoteiro”, como ele mesmo enunciava; todavia, na maioria das vezes, a identidade declarada era a de guardião do bem viver, já que o ator também pertence a esse grupo denominado de Coletivo Guardiões do Bem Viver. Observemos o que profere o seguimento:

Sou de uma comunidade ribeirinha (*trecho suprimido para segurança do entrevistado*), que fica localizada no rio Arapiuns, no território PAE Lago Grande e do Coletivo Guardiões do Bem Viver, que é formado por jovens dos três territórios. Atualmente, nós estamos na luta com aproximadamente 50 jovens desses três territórios e um dos objetivos desse grupo coletivo é lutar em defesa do nosso bem viver. Lutar em defesa de viver no nosso território e viver com dignidade. Da efetivação de políticas públicas, uma vez que, nos nossos territórios, têm aldeias, têm comunidades ribeirinhas extremamente ricas e a gente vive às margens do descaso (Entrevistado 07, 2023).

A narrativa do ator reverbera duas de suas identidades, primeiro a de ter nascido em uma comunidade ribeirinha, e a outra, a de guardião do bem viver, evidentemente, não podemos esquecer que ele mora em um assentamento agroextrativista – o PAE Lago Grande – portanto, ele também é agroextrativista. Juntamente a seu grupo de pertencimento, luta para defender seu território, para ter dignidade e para a execução de políticas dentro desse local. A autoidentificação múltipla também assume um perfil enunciado por um grupo:

Somos jovens ribeirinhos e ribeirinhas, estamos localizados nas comunidades tradicionais e aldeias indígenas, margeadas por rios e igarapés. Somos filhos e filhas do rio Arapiuns, esse ecossistema que nos dá sustento, sacia a nossa sede, nos traz paz, ele é o nosso bem viver. Mas, essa fonte de imensa riqueza está gravemente ameaçada. A seca a cada ano vem mais severa, a água vira terra, os peixes agonizam e morrem, as queimadas destroem as matas. Se o Arapiuns geme pelas dores da degradação, nós também sentimos na pele os danos dessa destruição, pois nós não somos do rio Arapiuns, nós somos o rio Arapiuns (Entrevistado 05, 2023).

Esses ribeirinhos também são indígenas, são filhos do Arapiuns, o seu bem viver é o próprio rio, essa interconexão faz com que a morte de um implique na morte do outro, todas essas identidades estão imbrincadas em um único pertencimento, o ser Arapiuns, uma única identidade conjugando todas:

Nós somos povos indígenas, nós somos povos ribeirinhos, extrativistas, a gente está aqui. Então, lutar em defesa do rio Arapiuns é nossa luta em defesa das praias, luta em defesa dos nossos encantados, porque nossos encantados, eles também estão no rio. Então, envolve uma gama de elementos que a gente luta não só pelo trabalho em si, mas também para a luta. É a gente fala que resistir para mim é existir, porque sem resistência a gente já estaria, com certeza, sem o nosso território há tempos (Entrevistado 05, 2023).

O rio Arapiuns se configura, não apenas como um pertencimento, mas também, como um espaço de interação entre identidades ribeirinhas, indígenas, extrativistas e encantados, sendo que, permanecer e existir nesse território, significa lutar e resistir.

Identidade pelo pertencimento a Pastoral da Juventude

Como apontado anteriormente, a construção de identidades individuais se articula com a participação em entidades coletivas. Uma das mais importantes é a ação da Igreja Católica, por meio da Pastoral da Juventude.

No trecho que apresentamos a seguir, o ator fala que sua entrada na luta por direitos, ou seja, sua entrada para o movimento social, foi construída no seio da Pastoral da Juventude, fator que possibilitou que ele representasse sua comunidade em reuniões, formações, que inicialmente eram de teor eclesialístico; posteriormente, esse processo se expandiu para atividades que tinham como objetivo a formação para a vida, para a terra.

Eu entrei para a luta através da Igreja; da Igreja Católica que eu faço parte da minha comunidade e sempre desde muito jovem eu, eu passei a representar a minha comunidade nas reuniões, nas formações, mas em nível mesmo eclesialmente, né! E depois nós conseguimos ter a presença de uma moça da coordenação da Pastoral da Juventude. Naquela época ainda era diocese, não é! E hoje é a arquidiocese. Daí, ela trouxe para nós a Pastoral da Juventude para a nossa região, que é a região do Arapixuna. E, a partir daí, eu comecei a participar de outras atividades que não era somente da igreja em si, né! Do eclesial. É

totalmente, mas que eram algumas atividades que eram voltadas para a vida. No modo geral, tudo, né? Na terra. Essa coisa da fé também, que está no nosso meio, né? E, a partir daí, eu comecei a participar, eu entrei para a Pastoral da Juventude representando também a minha paróquia, a minha comunidade. E, a partir daí, desse ano, acho que foi em 2000 [...] (Entrevistado 02, 2023).

Nesse recorte, o entrevistado pontua o espaço formativo onde suas identidades foram construídas, em conversa, ele se autodefine integrante da Pastoral da Juventude, do Coletivo Guardiões do Bem Viver e da Feagle, participando de formações, de reuniões, de assembleias e de outros eventos realizados dentro do assentamento pelas instituições das quais participa. O relato abaixo, expresso por outro ator, reforça a construção dos ideais de defesa no bojo da Pastoral da Juventude:

Na região tem uma organização que atua bastante, né? Que é a Pastoral da Juventude. É um setor ligado à Igreja Católica e reúne jovens para discutir a sociedade, para discutir o bem da sociedade, né? Então, esse jovem, estão empenhados também em ajudar a defender o território. E dizer que queria o território livre de mineração, em também dizer o que querem para o território. Começaram a também se mobilizar com organização comunitária para a realização de encontros formações, palestras educativas. [...] (Entrevistado 07, 2023).

O processo de mobilização saiu do seio da Pastoral da Juventude, culminando na a I e a II Romaria do Bem Viver, que trouxe, como legado o surgimento de uma das entidades mais ativas dentro do território do Lago Grande, e que luta pela defesa do território, cuja referência é feita na passagem disponibilizada a seguir:

[...] eu digo com toda a sinceridade, que um dos grandes resultados do evento da Romaria do Bem Viver, ele culminou na criação dos guardiões, né? Ele foi um dos resultados que hoje tem mais de 50 jovens da região lutando dentro desse coletivo para dizer o que nós queremos e o que nós queremos de fato! Queremos primeiro o território coletivo! Queremos a entrega do CCDRU do PAE Lago grande. Queremos no território livre de mineração. [...] (Entrevistado 10, 2023).

A luta em favor do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) é motivada pelo desejo de um território coletivo configurado como multiétnico, onde estão presentes aldeias, comunidades ribeirinhas e quilombolas que não têm acesso a políticas públicas e de desenvolvimento regional, o que, para eles, não se justifica por se tratar de um espaço rico em recursos naturais e de extensa biodiversidade. “[...] no nosso território tem aldeias, tem comunidade ribeirinhas extremamente ricas e a gente vive as margens do descaso do poder em relação a políticas públicas e desenvolvimento regional” (Entrevistado 08, 2023).

O interlocutor entende que o CCDRU seria uma garantia que funciona como uma espécie de cerca, uma garantia de que grandes projetos não irão avançar sobre suas terras, com possibilidade de trazer melhorias para os moradores do local. Vejamos o que ele pontua sobre o CCDRU:

Que é um documento que é como que se fosse uma cerca que cerca o nosso território de grandes projetos entrarem e que abre portas para as políticas públicas virem para dentro do território. Ele, ele é uma lei e que obriga o governo a trazer as políticas públicas para dentro do território e a gente espera que a gente consiga e em breve a gente consiga, nesse governo ainda, é conquistar o CCDRU e trazer cada vez mais melhorias para nossa população e nos amparar cada vez mais diante das ameaças que estamos tendo (Entrevistado 08, 2023).

O desejo de obtenção do CCDRU também transcursa da fragilidade legal do território, pois deixa a vida dos moradores e dos integrantes do movimento social em risco de morte, um exemplo disso foi um enfrentamento direto ocorrido durante uma audiência pública realizada na sede da Feagle, em Murui, na qual, o MPF estava presente. Verifiquemos a seguir o relato do entrevistado:

Esse período agora foi um período que a gente passou agora foi um período de enfrentamento. Foi um período, como é que foi esse período; agora que a gente, esse período que a gente tá acabando de sair de enfrentamento, inclusive muito forte dentro do nosso território, mesmo nós, como Feagle, assentados, nós fomos assim confrontados na audiência pública que teve, né. Na saída da Feagle, um grupo se organizou e veio, e veio, né, para cima e acha que a nossa luta, que tudo o que a gente faz está errado, que o tal desenvolvimento não chega porque a culpa é nossa, mas não é, na verdade, nós estávamos na luta porque nós vemos que as políticas têm que chegar mais. De acordo com o que é o certo, né, que é através do Incra que o governo vai trazer as políticas públicas para dentro do nosso território (Entrevistado 12, 2023).

Diante da narrativa, é possível ver um embate direto, mediante o qual, o interlocutor considera como um momento difícil quando o grupo oponente atribuiu a culpa da ausência de políticas de desenvolvimento dentro do território aos assentados, indo confrontá-los, inclusive no lugar onde eles estavam reunidos. Ele afirma que não são culpados, ao contrário, também lutam por desenvolvimento, porém, essa é uma responsabilidade pertinente ao Incra, que é o ente público responsável por promover políticas de desenvolvimento social dentro de assentamentos.

Em outro discurso, o entrevistado demonstra que, por serem membros dessa entidade social, ficam visados. Mostra também um conflito interno, pois há membros do movimento social dentro do território que são a favor da entrada da mineradora Alcoa S.A. e que, por essa razão, a presidente da Feagle já sofreu ameaça, motivo pelo qual, a liderança da federação não anda mais só dentro do Lago Grande:

Que a gente é muito visado, não é, não só eu, como os outros demais. Nossa presidente já foi ameaçada por várias lideranças que são a favor da Alcoa. Isso. E? É a nossa preocupação, por isso que a gente não anda mais só. A gente faz uma equipe para ir quando a gente vai para o Lago Grande, é uma equipe de três pessoas para ir, porque um dá o suporte para o outro. Quando vai só um já fica aquela preocupação, às vezes não tem internet para estar se comunicando, então a nossa proteção é um guardar o outro, é um proteger o outro (Entrevistado 14, 2023).

Outro relato fala de um momento de enfrentamento direto e menciona o próprio caso em que, por ser ameaçado de morte, teve que ter proteção policial por 10 anos:

Se o Ministério Público não tivesse levado a polícia Federal, militar, talvez tivesse terminado até em confronto de violências, porque os grupos de resistência contra o PAE Lago Grande estão estabelecidos, então a gente tem lideranças ameaçadas de morte, [...] inclusive o vice-presidente que mora lá no Alto Lago. Eu já venho de um histórico, já precisei passar quase dez anos com proteção judicial, olha gente, um ser humano aqui, dez anos, aí você, a gente não pode nem falar, não dá para falar. Porque é muito difícil explicar isso, tá? Porque é ter muitas consequências, ele cicatriza, tudo que tenta privar a gente da luta, mas não priva a alma da gente. Então por isso eu continuo (Entrevistado 02, 2023).

Lagolandense raiz, “Filho do Lago Grande”

No contraponto da identidade de assentado extrativista, principalmente pela não concordância com essa identidade, outras formas de autoidentificação são proferidas, principalmente no discurso dos moradores da Região do Lago Grande que vivem no Curuai, ou nas localidades próximas ao distrito. Essas outras identidades se definem como “filhos do Lago Grande”, ou “lagolandense raiz”, por terem nascido lá e serem descendentes de várias gerações de portugueses ou outros migrantes que vieram para a região.

Quando perquiridos sobre suas origens, a declaração rápida e precisa informa que possuíam ancestralidade portuguesa ou de outras regiões do Brasil, sendo que, em todos os casos, foi informado que seus ancestrais foram morar no Lago Grande e, dentro dessa região, constituíram suas famílias, exercendo, principalmente, a atividade pecuária:

Minha identidade é lagolandense raiz, mas eu sempre ouvi dos meus pais é que seus ancestrais eram portugueses, e ser do Lago Grande é ser resistente, ser resiliente, é aprender sempre que é de uma obrigação, uma necessidade lutar por nossas ideias, por nossos objetivos, construir um lugar de paz, um lugar de oportunidades, um lugar onde as pessoas possam olhar para trás, para frente e para os lados e dizer eu faço parte dessa história, ser do Lago Grande é com muita responsabilidade lutar por melhores dias, por mais espaço, ou lutar por políticas públicas por saber que aqui hoje nós temos uma realidade peculiar, nós estamos separados geograficamente da sede do nosso município e, por conta disso, é muito difícil para que o governo municipal possa fazer a gestão e as

políticas públicas chegarem com intensidade à vila. [...] é uma identidade raiz, ser do Lago Grande é motivo de orgulho (Entrevistado 20, 2025).

Aqui vemos a referência do ser “Lago Grande raiz”, uma identidade proferida no âmbito das reuniões de entidades por aqueles que não se identificam como indígena, assentado, ou extrativista, mas, por ser filho de pessoas que migraram, construíram suas vidas, e geraram seus descendentes dentro do Lago Grande, e que estão dentro dos cenários de luta, intitula-se filho do Lago Grande, porque nasceu lá e luta pelo Lago Grande, a partir da sua visão de mundo, autodenomina-se lagograndense raiz, ou apenas lagograndense e/ou filho do Lago Grande. Defende e afirma sentir orgulho de ser filho do Lago Grande.

Por outro lado, confrontando esse pensamento, também há o filho do Lago Grande que diz se sentir feliz de ser da região e amar aquela terra porque dela retira o que é necessário para viver:

Eu estou feliz porque eu sou do Lago Grande e amo aquela terra. E eu fico feliz agora de estar falando da minha terra não mais lá do lado de cima da minha terra, é assim primeiro porque a terra proporciona tudo para gente, então é um conjunto, eu não posso ter uma terra saudável se eu não tenho nesta terra aquilo que a terra propõe que é fazer germinar que é a floresta. [...] Nós temos a farinha que a gente diz que é o pão de cada dia, enfim, nós temos uma diversidade de coisa que na cidade a gente sente falta disso. E a gente come, mas se a gente tiver dinheiro e lá nós não precisamos de dinheiro. É isso mesmo, né? (Entrevistado 03, 2023).

E, assim, no bojo dos ambientes de luta, cada um vai construindo sua visão de mundo, suas identidades e as motivações para suas pelejas. Percebe-se que essas identidades são fluidas, transitórias, construídas dependendo do contexto, do momento e dos atores que influenciam essa circunstância e essa tomada de conscientização na luta por seus interesses, sejam esses eles antagônicos ou não.

Motivações para lutar pelo território do Lago Grande

As autoidentificações que emergem no bojo da luta pelo território do Lago Grande são recobertas por diversas motivações que foram percebidas durante as minhas andanças no campo, ou mesmo, nas falas dos atores:

A gente procura ser organizado da melhor forma possível para defender nossa terra, porque terra, para nós, é nossa mãe, ela é nossa vida, nossa riqueza. E que tudo a gente depende dela. A gente depende do rio para tomar água, depende do rio para pescar, para se banhar, lavar roupa, fazer as atividades dentro do dia a dia (Entrevistado 07, 2023).

Nesse caso, o modo de viver ocasiona aos moradores uma dependência direta dos recursos da terra:

Dependemos da floresta para tirar o alimento. Precisa para fazer uma casinha, quebrar, palha. Essas atividades que a gente faz no interior e precisa da Terra, mais ainda para sobreviver mesmo, né! Para se deslocar. E é por isso que eu estou nessa luta e que a gente faz essa luta em defesa da vida, do modo da biodiversidade que existe dentro do nosso território e esses projetos que querem se instalar eles (Entrevistado 05, 2023).

A sobrevivência configura-se como a principal motivação para a luta pelo território, e os grandes projetos, quando chegam para se instalar, não levam em consideração a vida dos povos que estão lá:

Eles não pensam nas pessoas que estão morando aqui dentro do território, eles só pensam no capital e que vêm com aquela conversa de dizer que vai trazer o tal desenvolvimento, mas que, na verdade, traz destruição. Traz a morte e, acima de tudo, nos expulsa do nosso lugar, que desde quando nós nascemos, a gente vive. Daí sai de mãos uma na frente e outra atrás, sem nada, sem a dignidade dessa vida que a gente tem (Entrevistado 05, 2023).

A motivação para a consumação da luta não é apenas um pensamento direcionado a si próprio, mas é voltado para o viver coletivo, para a garantia de que as gerações vindouras terão um território para viver.

Eu estou na luta. É como guardião do bem viver. E não é somente só pela floresta, pela água, mas principalmente pelas futuras gerações que estão vindo aí no nosso território, que estão nascendo, que estão crescendo e que também daqui a alguns anos vão precisar desse local, desse território para viver, para sobreviver também (Entrevistado 05, 2023).

Dentre essas motivações, também estão a simbologia, o pertencimento, o vínculo e as memórias afetivas que geram o amor pelo Lago Grande, determinado pelas relações de parentesco e nas relações de família. Para o ator seguinte, o Lago Grande é o seu território em virtude de ser o local em que ele nasceu, criou-se, onde está sua família, seus filhos, e onde seus avós, que também eram indígenas, estão enterrados:

[...] os meus avós, eles eram indígenas. Então eu me sinto no meu território? É um território meu, é onde eu nasci, é onde eu me criei, onde minha família tá, meus filhos, é onde os meus avós eles ficaram permanentemente e foi enterrado nesse território (Entrevistado 07, 2023).

O Lago Grande também é a casa do senhor que luta pela sua terra, é residência, é a resistência que impulsiona a luta em busca das políticas públicas pelas quais almeja.

é um território para viver, para mim, ele é minha residência, minha casa, que é a resistência do senhor que luta pela sua terra, a luta, ela é incansável, a resistência, aquilo que a gente encontra no nosso dia a dia diante de todas as dificuldades que a gente encontra de não conseguir essas políticas públicas que a gente quer que tenha (Entrevistado 20, 2025).

Na fala do entrevistado, o Lago Grande do Curuai, nesse contexto, se apresenta, não apenas como um espaço de luta e de resistência, mas de sonhos não alcançados, pois a não concretização dos resultados dessa luta suscita incerteza, angústia e deixa direitos fragilizados.

Lados opostos, anseios convergentes (ou divergentes)

Para os atores, o processo de emancipar o território do Lago Grande se traduz em expectativas divergentes, porém, com objetivos coincidentes. Vejamos os diálogos que seguem no decorrer desta seção:

[...] porque, como eu falei anteriormente, uma melhor assistência das políticas públicas, elas só serão possíveis para a população quando nós formos emancipados. Observe, nós temos hoje uma grande demanda de ramais na região do Lago Grande que precisam ser trabalhados para que o produtor possa trazer a sua produção para comercialização (Entrevistado 11, 2022).

Pode-se observar, no fragmento, uma expectativa por políticas públicas e infraestrutura de ramais voltados para a produção e comercialização de bens. No discurso seguinte, verificamos que o defensor do assentamento almeja políticas públicas, a abertura de ramais, escola, produção, incentivo de feiras, visando as práticas agroecológicas, o fortalecimento do território e da agricultura familiar:

Queremos também políticas públicas que cheguem lá, estejam na ponta para as populações que estão ali. Esse é um dos nossos grandes objetivos, e fortalecer exclusivamente a agricultura familiar da região, potencializando, inclusive, com práticas voltadas à agroecologia, à produção de alimentos saudáveis. [...] Olha, a gente quer infraestrutura de ramal, escola, produção com incentivo de feiras. Por que é que a merenda escolar não é comprada dos nossos agricultores? Porque se tem que vir da cidade, e não do território? (Entrevistado 03, 2023).

Ou seja, ambos evocam melhorias voltadas à qualidade de vida dentro do território, são ideais compartilhados, contudo, enquanto um almeja o fortalecimento das práticas

tradicionais, o outro defende a estruturação de práticas para o desenvolvimento do comércio.

[...] precisa-se de assistência técnica para quem está produzindo, e hoje a gente não tem essa assistência técnica e o que tem acontecido muito, a maioria dos produtos originários da agricultura, eles vêm de outra localidade, a exemplo da própria cidade de Santarém, vem para o Curuai. É possível produzir no Lago Grande, acontece que faltam esses mecanismos para que a gente possa produzir, comercializar e aí a gente ter uma produção autossustentável (Entrevistado 11, 2022).

A educação e a saúde também estão entre os desejos coincidentes. O assentado infere a necessidade de políticas públicas direcionadas à educação e à saúde: “Então, a gente precisa de políticas públicas e hoje dentro das nossas comunidades, dentro do PAE Lago Grande [...] principalmente em educação e saúde, vamos dizer saúde de um modo geral” (Entrevistado 11, 2022).

Desejos reverberados na fala do emancipacionista, quando ele justifica a necessidade de um hospital devido distância em relação à cidade de Santarém, além da necessidade de melhoria na área educacional, ou seja, os dois atores possuem desejos que convergem para os mesmos fins.

[...] precisa de apoio na questão da saúde hoje, por exemplo, nós temos uma UBS que funciona vinte e quatro horas no Curuai, né? Mas, quando há um paciente grave que precisa de uma melhor assistência, nós precisamos ou recorrer à ambulância e a ambulância porque tem que atravessar o rio para chegar a Santarém. Isso demanda tempo e sem garantia de que o paciente pode sobreviver com esse tempo que demanda, né? Então, obviamente a gente tem necessidade de o hospital aqui. Então, obviamente se formos município, isso será imprescindível, né? A questão dessa assistência à saúde, né? Educação; a educação graças a Deus tem avançado na nossa região, mas ainda existem gargalos que a gente sabe também que a gente precisa emancipar para melhorar essa assistência (Entrevistado 3, 2022).

Todavia, enquanto um condiciona a emancipação territorial como fator necessário à melhoria de condições essenciais à vida no território, como saúde, educação, viabilidade, produção; o outro ator, embora tenha os mesmos desejos essenciais, vê a emancipação como uma contradição, incitando uma preocupação com o território emancipado:

O Lago Grande desfeito, o assentamento desfeito e mais recente é como um grupo contrário ainda maior à questão da emancipação. Há um grupo que preza pela emancipação do distrito do Curuai. Foi um distrito também criado pelo município e que tem pelo menos mais de 1000, de 10000 habitantes. Então, nesse sentido, o que esse grupo diz? Que emancipando o Curuai vai ser o chamado desenvolvimento e aí, mas para emancipar, tem que acabar o projeto de assentamento. E aí, o que está por detrás disso? A gente sabe que são os grandes projetos, né? São os grandes empresários, né? E aí a gente fica angustiado, né? (Entrevistado 09, 2023).

A preocupação percebida está com a chegada do desenvolvimento, caso seja emancipado, pois, para os assentados, o assentamento vai acabar, haja vista que, na concepção do interlocutor, existem interesses de grandes projetos e empresários imbuídos nessa questão:

De fato, a emancipação não é um coisa ruim, mas de que forma que ela está sendo conduzida? Como que ela está sendo feita? Como que ela propaga está propagando ódio entre lideranças comunitárias que defende o assentamento e outras que não defende assentamento. Com isso, vem as ameaças, as lideranças vêm as ameaças a quem está na frente de luta. Então, de que forma está sendo feito, inclusive, esse processo de emancipação e que culminou no plebiscito para ser votado? (Entrevistado 03, 2023).

O questionamento do ator é quanto à forma como a emancipação vem sendo conduzida, porque, a seu ver, está incitando conflito entre os moradores, deixando em risco os defensores do território, porquanto, põe lideranças em lados opostos, em virtude da disseminação de que uns são contra e outros a favor da emancipação.

Se a população aceita ou não o município do Curuai, culminou no sentido de dizer o seguinte, olha o município criado a mineração tem a legitimidade de se instalar e isso é um ponto certo, isso é concreto. Quem tá por trás também de toda essa articulação é grupo político, empresários e quem defende um projeto de lucros e, nesse sentido, na minha opinião, a emancipação do Distrito do Curuai, da forma que está sendo conduzida, está causando ainda mais conflito entre as comunidades, mais conflito entre as pessoas (Entrevistado 03, 2023).

Porém, para os extrativistas, o grande problema é a possibilidade do avanço da mineração, caso o município seja criado, pois a fragmentação do território deixa a luta enfraquecida, e a mineração será livre para adentrar no território.

Como eu falei, de fato, a emancipação não é ruim, porque todo mundo quer ter ali um banco para sacar o seu dinheiro. É o seu João que quer ter uma Caixa Econômica para sacar o dinheiro mais próximo da casa dele. Até vim a Santarém, quer ter um hospital de maior porte. Até ter um supermercado. As pessoas querem ter emprego porque também é esse olhar, do grupo, da geração de renda. E não é isso, né? Eu acho que manter a população, inclusive Curuai, vem de uma tradição dos povos indígenas curuais, mas hoje se negam a dizer, são comunidades tradicionais, e aí vai acontecer o que aconteceu em outros municípios. Por exemplo, Curuai ainda não é um município, mas já tem problema de terra, não tem terra para todo mundo. Curuai já tem uma ocupação grande. Tá numa briga na justiça, né? Então, assim, já tem uma ocupação que as pessoas foram lá e ocuparam a terra de um grande fazendeiro (Entrevistado 03, 2023).

O discurso aponta que a emancipação possui benefícios, como banco, supermercado, hospital e emprego mais próximo dos moradores, porém, poderá trazer problemas semelhantes aos municípios antecipados, já que, no território, há disputa de

terras entre os moradores e um fazendeiro local. Também assinala que os moradores do Curuai negam sua descendência proveniente dos indígenas curuais: “[...] Agora, se fosse um projeto que tivesse conversado com a sociedade, os movimentos sociais, dizer o que a gente quer enquanto cidade, dizer o que a gente quer enquanto município” (Entrevistado 3, 2023).

O ator infere que o projeto de emancipação deveria ter conversado com os movimentos sociais para que eles dissessem o que querem enquanto município.

A questão da emancipação do Curuai, que a gente sabe que quem está por trás disso não é o povo, é um pequeno grupo de pessoas, mas o qual objetivo disso? [...] nós não somos contra o desenvolvimento, nós somos a favor de desenvolvimento que não vá nos expulsar daqui; que não vá desmatar, que não vai destruir, que não vai ser a morte da nossa floresta e das nossas árvores. Nós somos a favor de um desenvolvimento sustentável (Entrevistado 03, 2023).

Para os agentes do movimento social, a preocupação com a emancipação incide em saber quais os interesses estão implícitos nesse processo, pois, para eles, o desenvolvimento que interessa é aquele que não os expulse do seu território, não desmate e nem destrua a floresta, o progresso almejado é aquele que se pauta no desenvolvimento sustentável. No entanto, para os idealizadores da emancipação, o argumento se vincula a obter liberdade de cunho político, econômico e social.

Olhamos com bons olhos que devemos nos emancipar para que a gente possa ter a nossa liberdade política, social e econômica. [...] o nosso maior sonho é, como eu falo sempre, emancipalistas que somos é além da nossa liberdade é conseguir espaço, né? (Entrevistado 11, 2022).

Não apenas isso, em um esforço conjunto, os emancipalistas almejam emprego, moradia, oportunidade aos jovens, como fazer curso superior sem sair da região e a expansão do comércio para outros mercados.

Existe uma preocupação de que não só os emancipalistas estão lutando, mas também os nossos representantes políticos estão lutando para que a gente possa emancipar, estão preparando tudo, tudo está preparado para se emancipar, só depende da lei. Mas, diante de tudo isso, nós vislumbramos que os nossos jovens, que são em um número muito grande na nossa região, eles possam ter emprego, eles possam ter direito à moradia digna, possam fazer uma faculdade sem precisar sair aqui do nosso lugar e, quando eu falo isso, eu falo de oportunidade, é isso que nós queremos para esta população, para as comunidades, né? Oportunidades. E, quando se fala em oportunidades, já se envolve também a economia. Nós não queremos que o produto da agricultura venha de outras localidades. Nós queremos exportar daqui para lá (Entrevistado 11, 2022).

Os fragmentos revelaram um contexto de conflito marcado por pensamentos que se antepõem, todos almejam conquistas de infraestrutura; entretanto, o que para um grupo é bom, para o outro se materializa como ameaça ou como algo ruim. Todos os grupos querem políticas públicas, saúde, educação, escoamento da produção, renda, trabalho e manterem-se no território. Contudo, um deseja um desenvolvimento expansionista para ampliação do comércio sob um viés capitalista, o outro, um desenvolvimento com foco na sustentabilidade, no modo de vida tradicional.

Na verdade, o ponto de estrangulamento dessas divergências incide na total ausência de diálogo, visto que, esses atores nunca sequer se sentaram frente a frente para conversar, discutir as ideias que cada grupo possui e, assim, ouvir o que o outro tem a dizer, existem pontos comuns nos seus interesses, mas as formas de como o uso desse espaço deve ocorrer não é um consenso entre as partes.

Considerações finais

No que se refere aos discursos no cerne dessa arena, incidem-se em torno de pertencimentos, de identidades, cada grupo se assenta sobre suas próprias compreensões de pertencimento, assim, focam seus discursos buscando evidenciar tanto de modo verbal, como não verbal em suas vestes, na construção de suas casas, na maneira como trabalham no roçado, nas danças, nas falas, na linguagem corporal, e buscam fortificar isso através das mídias e eventos que realizam. Mesmo quando esse discurso é materializado de modo proposital, é possível perceber o modelo de território aspirado pelo ator.

Vista como um território constituído por grupos distintos, as problemáticas travadas no seio da terra na construção de identidades, ora são uma identidade, ora são outras, que elas emanam da eloquência dos discursos, ou da exigência do momento, em que os diversos atores estão presentes; identidades que se mesclam, se imbricam, se conectam, ou interconectam, permanecendo os indivíduos que assumem múltiplas identidades, temos, assim, uma fronteira de construção de identidades de acordo com o momento, chamamos então de fronteira de multiplicidade identitária, pois nela temos o indígena, o pescador, o produtor agroecológico, o produtor rural, o “pejoteiro”, ou várias identidades em uma única pessoa, sem que essa identidade exclua ou interfira na outra.

Percebe-se, portanto, que a categoria fronteira de multiplicidade identitária revela-se fundamental para compreender como sujeitos e grupos locais se (re)configuram diante das pressões do mercado e da expansão de novos capitais, expressando a fluidez e a sobreposição de papéis sociais que não se anulam, mas coexistem e se reforçam em meio às

transformações impostas pela lógica capitalista, o que mostra a fronteira não é apenas limite espacial, mas um campo dinâmico de negociação em que múltiplas identidades se articulam como forma de resistência e de afirmação territorial frente às tendências homogeneizadoras do capital global.

Agradecimentos

Registra-se o agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de doutorado; ao Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGSND/UFOPA), pelo apoio advindo de recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e, igualmente, de recursos do Programa de Incentivo à Pesquisa (PIP).

Referências

- BALLER, L. **Genealogia da fronteira**: hibridações, diásporas e transitoriedades. UFMS/CPNA – UFGD. Dourados, MS, 2014. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602114356.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BARBOSA, B. Comunidades organizadas se opõem aos interesses de uma mineradora. **Amazônia Latitude: a Revista das Humanidades Ambientais**, Santa Catarina, 17 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.amazonialatitude.com/2019/12/17/comunidades-organizadas-se-opoem-aos-interesses-de-uma-mineradora/>>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, Catharine (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora da UnB; Paris: ORSTOM, 1988. p. 60-89. [Recurso digital]. Disponível em: <https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37776.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- CARVALHO, A. C. **Expansão da fronteira agropecuária e a dinâmica do desmatamento na Amazônia Paraense**. 2012. 349 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10994>>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- CASTRO, E. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, E. **Territórios em transformação na Amazônia saberes, rupturas e resistências**. Belém: UFPA, 2017. Disponível em: <<https://naea.website/editora-naea/Livros/isbn/978-85-7143-155-3.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

DUARTE, L. S. O Conceito de Fronteira em Deleuze e Sarduy. **Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**, v. 13, n. 1-2, p. 17–26, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27875/23963>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande – FEAGLE. Carta das comunidades quilombolas e agroextrativistas de Santarém. In: **Terra de Direitos**. Quilombolas e Agroextrativistas de Santarém/PA entregam Carta de reivindicações ao Superintendente Regional do INCRA, Santarém, 08 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/quilombolas-e-agroextrativistas-de-santarempa-entregam-carta-de-reivindicacoes-ao-superintendente-regional-do-incra/12167>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgrafia**, Ano IX, n. 17, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica/Núcleo de Meio Ambiente/Universidade Federal do Pará – LARC/NUMA/UFPa. **Mapa de Localização do Lago Grande**. Belém: NUMA, 2025.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MIZIARA, F. Expansão da lavoura de cana em Goiás e impactos ambientais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

PARÁ. **Parecer Técnico da Comissão de Divisão Administrativa do Estado e Assuntos Municipais**. Processo nº: 2524/1999. Solicitação para aprovação e consequente expedição do Decreto Legislativo autorizando a Consulta Plebiscitária à criação do Município do Lago Grande do Curuai. Avulso 40/2022, de 10 de maio de 2022. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2022. Disponível em: <<https://downloads.alpara.com.br/Avulso/1572.PDF>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

TURNER, F. J. The Significance of the Frontier in American History. In: **World Columbian Exposition**: a paper read at the meeting of the American Historical Association. Chicago, 12 July 1893. [Recurso digital]. Disponível em: <<http://nationalhumanitiescenter.org/pds/gilded/empire/text1/turner.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

TURNER, F. J. El significado de la frontera en la historia americana. **Secuencia** (1987), 7, enero-abril, 187-207. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18234/secuencia.v0i07.170>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

243 p. Disponível: <<https://static.scielo.org/scielobooks/p8pr7/pdf/velho-9788599662922.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

Como citar:

ABNT

CASTRO, A. C. [et al.]. A região do Lago Grande do Curuai, em Santarém, Estado do Pará: uma fronteira de multiplicidade identitária. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 12, n. 01, e29943, 2026. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e29943>>. Acesso em: 09 jul. 2026.

APA

Castro, A. C. [et al.]. A região do Lago Grande do Curuai, em Santarém, Estado do Pará: uma fronteira de multiplicidade identitária. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 12, n. 01, e29943, 2026. Recuperado em 09 julho, 2026, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e29943>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2026, Universidade Federal do Maranhão.

